Ata da 03ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada no nono dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a Presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo Vereador Adriano Reinhardt, primeiro-secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 2ª Reunião Ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: dentro da ordem do dia a Sra. Presidente encaminhou para as comissões técnicas a Moção n° 041 de 2023 do Legislativo. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO:** Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão única o Requerimento nº 087 de 2023 - Autor: Jairson Sabino - Solicitando a convocação do senhor Adriano Cubas, Diretor Presidente da EMHAB, a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos da Empresa Municipal de Habitação. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Explicou que o referido Requerimento de Informação visa convocar o Sr. Adriano Cubas, Diretor Presidente da EMHAB, para que compareça até ao plenário desta Casa, para explicar os andamentos dos trabalhos da entidade perante a população. Deseja que o Diretor informe quais são os projetos de habitação que foram executados de janeiro de 2021 até a presente data; quais os projetos de habitação que foram concluídos e os que estão pendentes neste período; quantos programas de habitação estão em pleno funcionamento e quais já foram encerrados; quais os projetos habitacionais previstos até dezembro de 2024; bem como a apresentação do organograma da EMHAB. Apresentação dos custos e encargos com salários, encargos gerais no período de 31 de janeiro de 2021 até 31 de janeiro de 2022. Apresentação do saldo financeiro disponível em caixa, e quais os projetos previstos, considerando o saldo financeiro da EMHAB e demais dúvidas e questionamentos. Comentou que desde os governos anteriores vem questionando a validade de se manter uma empresa municipal de habitação. Enfatizou ter sempre questionado os encargos, os salários, os custos e o retorno para o contribuinte. Pode estar enganado, mas acredita que EMHAB não traga esse retorno. Contou que a própria COHAB do Estado já fechou há muito tempo, e ainda permanecemos com esse modelo. Afirmou inclusive, que o Cadastro Único do governo federal é feito pela Secretaria de Assistência Social, esvaziando a necessidade de uma empresa de habitação em razão do alto custo, se for analisado o custo x benefício. Enfatizou que se trata de uma empresa municipal, que obviamente não foi criada para dar lucro, mas que tem gerado altas despesas, sendo necessário avaliar essas despesas, em

relação à prestação de serviço perante a comunidade. Questionou se de fato precisa ter essa empresa, se os trabalhos podem ser feitos por um departamento, se pode ser enxugada essa estrutura. Espera que o Presidente traga essas respostas e apresente a toda a comunidade. Por fim, solicitou a aprovação e apoio dos demais vereadores para aprovação do Requerimento de Informação. Com a palavra a vereadora Carla Hofmann. Destacou que se coloca favorável à aprovação do documento. Lembrou que inclusive fez uso da palavra livre na última sessão para falar sobre esse tema, mas diverge do posicionamento do vereador Jairson Sabino, em relação à necessidade ou não da empresa, pois acredita que deve ser pensado em investimentos para as moradias populares. Comentou ter lembrado de uma cartilha criada pela FACISC, chamada de “Voz Única”, a qual fez estudos, onde apontaram que melhoraria muito a questão da manutenção dos postos de trabalho de nossa cidade, se posse feito investimento maciço em moradias populares, justamente porque todos sabem a moradia tem um custo muito alto, com alugueis e também na compra de imóveis na cidade. Entende ser muito pertinente a vinda do presidente da EMHAB, mas acredita que deve ser pensado, se de fato, há algum entrave legislativo dentro da empresa pública, onde os vereadores podem fazer a alteração legislativa, pois percebe que um dos “calos” que a cidade tem é a falta de investimentos em moradias populares, para fazer com que as pessoas que vêm de outras cidades possam tentar a vida aqui. Afirmou que na cidade há uma grande oferta de emprego e também uma alta rotatividade, e a questão das moradias melhoraria muito. Deseja colocar para o presidente da EMHAB, sobre a questão relacionada aos títulos de imóveis, pois têm várias pessoas que estão há mais de vinte anos em suas moradias e ainda não conseguiram os seus títulos. Entende que são dois compromissos que o Poder Público de São Bento do Sul tem para com a comunidade e, enquanto estiver na cadeira como vereadora, deseja fazer o possível para que esses compromissos sejam cumpridos. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Ressaltou ser favorável a todos os Requerimentos de Informação que chegam até está Casa, pois, a transparência nas informações é de suma importância. Reiterou o pedido para que os demais vereadores aprovem o documento, pois será a oportunidade para que o presidente da EMHAB possa esclarecer aquilo que é objeto da empresa, o que está sendo feito, o que já foi feito, e informar quais são os projetos em andamento. Em relação aos títulos das moradias, disse ter conversado com o presidente, e este informou que tem algumas situações já avançadas para serem resolvidas, mas existem muitas pendências, situações que a gente jamais imaginaria, a exemplo do Loteamento que fica localizado no bairro Centenário, que não é uma situação da EMHAB, mas é um problema do município de São Bento do Sul. Disse que são situações que já vêm desde os anos 80, onde grande parte daquelas pessoas ainda não possuem suas escrituras. Por fim, informou ser totalmente favorável ao pedido de informação.

Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Enfatizou que as colocações das vereadoras Carla e Terezinha são muito pertinentes. Explicou que a insatisfação e indignação não vêm de agora, os vídeos e Atas dessa Casa comprovam, que é justamente com esse modelo e formato que não faz casa popular. Disse já ter conversado com o presidente Adriano, pessoa amiga, o qual também já expôs que estão buscando regularizar os terrenos e o parabeniza por isso. O que deseja saber é como a EMHAB vai tratar o déficit que temos de habitações populares, onde há pessoas morando com os pais, com a sogra, com as cunhadas, residindo em um porão, uma sub-habitação, pagando caro por isso. Falou que vai continuar cobrando e pedindo a desmobilização da EMHAB se ela permanecer neste mesmo modelo, onde custa caro e não faz casas para pessoas pobres. Frisou que devem fazer habitação popular, mas se não fizerem casas populares, vai pedir para fechar, pois entende que não há o que justifique um custo desse, cerca de 1 milhão por ano, para não fazerem nem uma casinha popular. Destacou que devem dar esse retorno à municipalidade, e espera que uma empresa de habitação faça habitações populares. Outras vendas, os cadastros são passados para a Caixa Econômica Federal, para que sejam vendidos imóveis, seja em conjunto ou não, para atender a outras faixas de renda. Agora os imóveis de baixa renda, para socorrer as pessoas que pagam aluguel caríssimo, se a EMHAB não vai fazer, não há sentido de existir. Com a palavra a vereadora Carla Hofmann. Lembrou que foi feito pela vereadora Zuleica, uma indicação para que a EMHAB fizesse a regularização de tantos títulos, pois há um grande déficit, não apenas de moradias populares, mas principalmente, a questão da regularização dos títulos. Comentou que na época de campanha eleitoral, esteve numa moradia próxima ao supermercado Germânia, no bairro Serra Alta, e ficou bastante emociona com o depoimento de uma senhora, a qual estava bem velhinha, e disse que tinha medo de falecer, e não sabia se os filhos e os netos ficariam amparados, pois poderiam herdar aquele imóvel pertencente a ela. Acredita não ser digno manter uma pessoa que já está na fragilidade, em decorrência da idade avançada, em uma situação de pendência, por isso, o quanto antes a EMHAB conseguir fazer as regularizações desses títulos, São Bento do Sul, sai ganhando e a população ganha mais ainda. Não havendo mais nenhuma manifestação, a Sra. presidente colocou em votação o Requerimento nº 087 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 2ª DISCUSSÃO**: Em seguida a senhora Presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 323 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Revoga a Lei nº 433, de 20 de janeiro de 1983, que dá denominação às ruas de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Informou que o objetivo desse Projeto de Lei é revogar a Lei nº 433, de 20 de janeiro de 1983, que denominou algumas ruas sendo: Saxônia, Boemia, Dinamarca, Polônia, Prússia e Pomerânia, no loteamento Parque Tirol, no bairro Lençol. Explicou que esse loteamento era

uma previsão de realização para a efetivação desse loteamento, e acabou nunca sendo realizada, nem mesmo as licenças ou os alvarás foram solicitados na época, mas por alguma razão, ruas foram denominadas, com a intenção de que mais tarde seria feito um loteamento. Foi verificada essa irregularidade. Contou que o vereador Darlan entrou com um Projeto de Lei na Câmara de Vereadores, denominando algumas ruas, e uma delas era a Rua Polônia. Quando o projeto chegou ao Executivo para ser sancionado, verificou-se que a Ra Polônia já existia. Solicitou aos demais vereadores pela aprovação do Projeto de Lei. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 323 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, a sra. presidente colocou em 2ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 325 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios sem paridade mantidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, a partir de 1º de janeiro de 2023. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Explicou que este Projeto de Lei tem por objetivo o reajuste dos benefícios mantidos pelo IPRESBS, sem paridade. Explicou que aos servidores públicos que têm paridade, são concedidos reajustes, iguais aos servidores da ativa. Para os servidores sem paridade, todo ano é feito um Projeto de Lei, para que o reajuste seja concedido de acordo com o índice que é dado pelo INSS. Explicou que os demais servidores recebem os reajustes a partir do mês de fevereiro, que é a data base dos servidores em geral. Já os servidores sem paridade, recebem da mesma forma que os beneficiados pelo INSS, ou seja, a partir do dia 1º de janeiro, fazendo com que ocorra um pagamento complementar, alusivo ao mês de janeiro, para esses beneficiários. Por fim, solicitou a aprovação do Projeto de Lei aos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Lei do Executivo nº 325 de 2023, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO.** Em seguida a sra. presidente colocou em discussão 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 327 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 55.044,13 (cinquenta e cinco mil, quarenta e quatro reais e treze centavos), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Comentou que no ano passado, por diversas vezes a FESPORT alterou a data da edição dos Jogos da Terceira Idade/JASTI, em nossa cidade, os quais estavam previstos para ocorrer ainda no 1ª semestre e depois foi alterada a data para uma data futura, e depois mais uma vez para o final do ano. Quando estava tudo certo para ocorrer o evento, aconteceram as fortes chuvas pelo Estado, e acabaram fechando os acessos para a cidade. Com a preocupação de serem os atletas pessoas de mais idade, de diversas cidades, de terem a locomoção prejudicada, a FESPORT decidiu cancelar o evento, em

conversa com o município. Como o município recebeu esse dinheiro da FESPORT para a realização dos jogos que não ocorreram, se faz necessário fazer a devolução desses recursos. Informou que ainda não se tem notícias se o evento vai ocorrer ou não. Caso tenha alguma novidade trará essa informação. Destacou que na 2ª discussão vai estar pedindo aos demais vereadores pela aprovação do Projeto de Lei. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 327 de 2023, vai à 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida, a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 328 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), na forma em que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Informou que o referido Projeto de Lei, que pede a abertura de crédito adicional especial no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 3.200.000,00 (três milhões, duzentos mil reais), na pasta da Secretaria de Educação, e tem a finalidade de ajustar uma qualificação contábil, para os serviços de terceirização de mão de obra. Destacou que na 2ª discussão vai pedir pela aprovação do Projeto de Lei. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 328 de 2023, vai à 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 329 de 2023 - Autor: Executivo Municipal - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 147.387,00 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e oitenta e sete reais), em ingresso de convênio no valor de R$ 1.562,373,44 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos), na forma que especifica abaixo. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Destacou que o referido Projeto de Lei pede a autorização da Casa Legislativa, para que o Executivo possa abrir crédito adicional suplementar no orçamento do município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R$ 147.387,00 (cento e quarenta e sete mil e trezentos e oitenta e sete reais), sendo esse valor para a secretaria de planejamento, com a finalidade de dar sequência nos desenvolvimentos dos trabalhos do georreferenciamento, o qual está na fase final. E no valor em ingresso de convênio no valor de R$ 1.562,373,44 (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e quatro centavos), sendo este valor da Secretaria de Educação, nos termos do compromisso junto a UPAR, o qual será utilizado para aquisições de soluções integradas de apoio e aprendizagem, nas matérias de Português e Matemática, com materiais complementares para estudantes e professores. Explicou que na

2ª discussão vai pedir pela aprovação do Projeto de Lei aos demais vereadores. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Executivo nº 329 de 2023, vai à 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a Sra. Presidente colocou em discussão 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 084 de 2023 - Autora: Carla Odete Hofmann - Denomina Léo Schreiner a Casa do Empreendedor de São Bento do Sul. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Informou que deseja tratar sobre a biografia e currículo do homenageado em 2ª discussão. Disse que estamos no ano em que o município de São Bento do Sul comemora 150 anos de sua fundação, e o Sr. Leo Schreiner, foi o grande responsável por toda a organização dos festejos do centenário da cidade. Embora ele fosse da iniciativa privada, foi uma pessoa que se dedicou como voluntário a organizar todas as festividades da época, juntamente com o Prefeito Sr. Osvaldo Zipperer, e outros servidores. Contou que acha justo ele receber esta homenagem, por ser uma pessoa que tão bem representou a comunidade de São Bento do Sul, nos festejos do centenário. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Legislativo nº 084 de 2023, vai à 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Legislativo nº 085 de 2023 - Autores: Carla Odete Hofmann, Adriano Reinhardt, Luiz Lindecir Pesenti e Zuleica Voltolini - Revoga a Lei nº 3005, de 02 de maio de 2012, que dispõe sobre a proibição do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos e dá outras providências. Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Destacou que em muitas oportunidades houve discussão a respeito da revogação dessa lei. Explicou que a Lei foi de autoria da vereadora Adriane Rujanowski, no sentido de vetar o consumo de bebida alcoólica em vias públicas. Disse que a Lei já existe há 10 anos, e ao longo desse tempo, sempre observaram a excepcionalidade contínua do poder Executivo, fazendo decretos a pedido de várias entidades da cidade, para que o consumo fosse permitido. Disse que as situações excepcionais têm que ser muito pontuais e quando se tem uma lei que deve ser excepcionalizada o tempo inteiro, ela não tem razão de existir. Em razão disso, verifica como é no caso das retretas de verão, festas tradicionais da cidade, a exemplo da Schlachtfest, ou em outras festas da cidade, onde é visto o consumo de bebidas alcoólicas nas vias públicas. Somado a isso, tem a dificuldade e a impossibilidade de fiscalização efetiva, o que faz com que tenhamos uma Lei que não se efetiva dentro da comunidade, e devido a excepcionalidade, é permitido o consumo de bebidas para algumas classes, o que, é extremamente discriminatório, como se o Poder Publico pudesse dizer quem pode ou não estar autorizado a beber em via pública, causando uma estagnação da comunidade. Com isso será possível ver que uma festa realizada em um determinado bairro, talvez não tenha essa autorização, quanto uma festa realizada no Centro da cidade, onde uma sociedade possuí essa permissão. Por isso, acredita que há a necessidade de

revogar a referida Lei, razão pela qual pede aos demais vereadores que sejam pela aprovação do Projeto. Com a palavra o vereador Jairson Sabino. Disse que de fato há muito tempo tem se falado sobre a referida lei. Conversou com a ex-vereadora Adriane sobre essa questão, pois entende que a intenção foi muito boa, pena que ela não produz o efeito necessário. Na época questionou quem iria fiscalizar, pois se não for fiscalizada a Lei perde o objeto. Falou que não se consegue fazer essa fiscalização. Por parte da Prefeitura, isso ocorre de segunda a sexta-feira, até às 16h, não tem fiscalização no período noturno, nem nos finais de semana. Questionou se foi feito um convênio com a Polícia Militar, pois acha importante conversar com a PM. Comentou que havia um vereador que dizia: "combinaram com os russos?", pois teriam que combinar com eles, caso contrário não funciona. Indagou quem fará essa fiscalização, se é um fiscal de posturas, de tributos, pois não tem quem faça esse trabalho. Afirmou que precisa ser conversado com a Polícia Militar, fazer um convênio, pois ela trabalha 24h, 366 dias por ano, se não, não vai funcionar. Questionou a autora da Lei, se ela funcionaria para todo mundo, ou só para aquelas pessoas que fazem uso de "pancadão", sendo Coca-Cola com qualquer outra bebida, e ela disse que seria para todos. Mas falou para ela que não acredita que funcionaria para todos, e ainda parabenizou pela iniciativa. Como não faz uso e consumo de álcool, entende que o consumo poderia ser eliminado, mas alertou que na prática não iria funcionar. Explicou ser favorável a essa iniciativa de agora, justamente por entender que se trata de uma "Lei para inglês ver", uma coisa inócua, que não funciona, razão que precisa ser revogada. Com a palavra o vereador Darlan André Guliani. Disse que é uma "saia justa" para sua pessoa, mas concorda que é uma hipocrisia bem barata, quando trata da questão que uns podem e outros não podem, ainda mais quando temos a Constituição Federal que diz que todos são iguais perante a Lei. Concorda com a fala do vereador Sabino, quando o mesmo questiona quem vai fiscalizar. Contou sobre uma situação envolvendo uma cidadã brasileira que foi morar em outro país, e explicou que quando o vereador Jairson Sabino mencionou o termo "Lei para Inglês ver", é porque estes cumprem as leis, sem haver a necessidade de fiscalizar. O que lhe indigna e faz questionar é porque nós brasileiros, tão humanos quanto um britânico, não conseguimos obedecer às leis. Indagou por que temos a Lei Maria da Penha, a qual nem deveria existir, pois acredita que o bom senso masculino deveria saber que a testosterona dele se sobrepõe aos hormônios femininos, ao corpo feminino, que é uma covardia se aproveitar, abusar de alguém que é mais fraco, em termos de força, não de personalidade, mas de força física. Pergunta por que temos uma lei que proíbe dirigir após consumir bebida alcoólica, e temos que pagar para ter alguém para fiscalizar, para ver se a pessoa bebeu ou não bebida alcoólica. Indaga quando vamos nos tocar que isso é gastar duas vezes. Voltou a dizer que quando se gasta duas vezes, está sendo deixado de investir em algo que falta para alguém, e esse alguém na totalidade sempre é o lado mais fraco,

aquele que insistimos em tornar invisível. Comentou que britânico não é ET, é um ser humano. Lembrou que a gente diz que inteligente, o homem que não diferencia de raça, trata a pessoa por ser vida, pois é uma vida igual a nossa, que obedecem às regras e lá tudo funciona, tudo é harmônico, ninguém joga lixo no chão, e se joga é penalizado. Questionou o que acontece conosco, onde foi que erramos, sendo que gritamos aos quatro cantos do mundo que a nossa geração é muito "mimizenta". Pergunta onde falhamos, será que foi na educação? Ou será que é no dever de pai ou no dever de mãe? Com a palavra a vereadora Carla Odete Hofmann. Destacou que o pedido de revogação da lei não se baseia exclusivamente na questão da fiscalização, mas também na questão da inconstitucionalidade de se vedar uma conduta que a Lei nacional não veda, ou seja, é permitido o consumo de bebida alcoólica em vias públicas, em qualquer outro local do país. Observa que a lei municipal nem poderia fazer essa exceção. Explicou que o fato está na constante excepcionalidade que o poder público, em todas as gestões tem dado, em permitir que determinado segmento da sociedade, possa fazer o livre exercício desse seu direito, enquanto outros não tenham essa mesma possibilidade. Acredita que com a revogação da lei, poderiam dar a possibilidade de dar uma igualdade, independentemente do bairro onde o sujeito mora. Lembrou que o consumo permitido é para pessoas maiores de 18 anos. Para as pessoas menores, a proibição continua sem nenhuma modificação. Com a palavra a vereadora Terezinha Maria Dybas. Acredita que a Lei deve ser para todos e quando começa a ter muita exceção não tem razão de existir. Comentou a respeito da lei que trata sobre a proibição de fogos, e disse que há uma decisão do STF, que determina que os municípios podem legislar a respeito desse assunto, em virtude da questão de saúde, diferente da proibição da venda e consumo de bebidas, que não tem essa decisão do STF. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente informou que o Projeto de Lei do Legislativo n° 084 de 2023, vai à 2ª discussão e votação em uma próxima sessão. **PALAVRA LIVRE** Fez o uso da Palavra Livre a vereadora **TEREZINHA MARIA DYBAS**. Informou que deseja fazer uso de imagens no telão para ilustrar sua fala. Mostrou imagens com os modelos das novas placas que serão colocadas no Circuito das Araucárias, e comentou que as mesmas estão de acordo com a legislação que trata da questão do turismo, na questão das cores, medidas e informações. Comentou a respeito da Audiência Pública que foi realizada na Câmara de Vereadores, tratando a respeito do transporte público coletivo. Falou que foi pequena a participação presencial da comunidade, embora tenha encaminhado vários convites para sua lista de contatos. Disse que teve a participação de vários vereadores e de pessoas do Executivo, mas a participação da comunidade foi muito pequena. A audiência ocorreu de forma tranquila, as observações e sugestões foram todas anotadas, e está aberto, até sábado para encaminhar por meio da internet, quaisquer sugestões que a comunidade tenha a acrescentar no plano de outorga, que depois se

transformará no edital para a licitação do transporte público municipal. Explicou que todas as sugestões serão respondidas, mas não quer dizer que serão acatadas. Sobre a questão dos cemitérios, explicou que no momento são 8 zeladores contratados, para cuidar de todos os cemitérios da cidade, sendo que um deles encontra-se em licença para tratar da saúde. Nos maiores cemitérios tem uma pessoa que trabalha em tempo integral, e nos menores um zelador que fica responsável, atendendo dessa forma, mais locais. Ressaltou que tem um projeto em andamento, para que seja realizada licitação que contemplará rampas de acessibilidade, muros de contenção, corrimão e novos locais para queimadores de velas. Essas construções serão feitas nos cemitérios que não possuem e/ou a reforma, nos já existentes. Quanto à parte de limpeza e roçadas, disse que ela é feita por esses zeladores contratados, que algumas vezes não deixam a contento, pois é uma pessoa para vários cemitérios, e no verão o mato cresce mais rápido. Sobre a Praça do bairro Centenário, explicou que foi lançada uma proposta para apresentação de projetos de revitalização do local, sendo que o projeto escolhido foi dos alunos da Unisociesc. Enfatizou que este trabalho tem uma previsão de conclusão, estando perto da fase final, com o levantamento dos valores que serão empregados, sendo aproximadamente 700 (setecentos mil reais, sendo que este dinheiro já está separado para a realização dessa obra. Destacou o que vai ser comtemplado e disse ter visto uma foto do projeto, o qual é muito bonito. Mencionou que as praças do bairro Oxford e Serra Alta, afirmando que elas também estão com projetos para reforma. Lembrou que já foi anunciada a construção de uma quadra sintética no Campo do Remo, e as obras iniciam nos próximos dias, além da construção do Eco Parque II. Contou que a praça do bairro 25 de julho já foi reformada. A praça do Centro tem uma parceria com a Polícia Militar, onde serão instaladas câmeras de monitoramento, quando esse controle ficará a cargo da Polícia Militar, na questão que trata de segurança. Em relação ao piso tátil onde ficam os brinquedos, explicou que a empresa responsável já foi acionada, pois a obra estava na garantia, e foi feita a substituição do piso, sem nenhum custo adicional para o município de São Bento do Sul. Fez o uso da Palavra Livre o vereador **HÉLIO ALVES**. Ressaltou sobre as obras que foram realizadas no último mandato. Para ilustrar sua fala, fez uso de imagens no telão, e explicou que na gestão 2017/20, foram 61 ruas de asfalto concluídas e 430 obras realizadas, onde tiveram a sua participação e a do vereador Paulo, pois estes faziam parte da Secretaria de Obras. Mencionou que quando entrou para a política não foi pensando na questão de cargos, de fazer politicagem ou brigar pelo poder, mas sim para trabalhar e fazer as coisas certas. Julga ser indiferente quem esteja no Executivo, pois vai continuar trabalhando da mesma maneira. Disse ser um orgulho poder trabalhar em uma administração que realizou várias obras e gostaria de agradecer a todas as pessoas que estavam trabalhando junto. Destacou que nesta administração estão com mais de 30 milhões de reais, que serão investidos, para continuar a

fazer mais de 50 ruas na cidade de São Bento do Sul. Disse que se sente feliz em participar de uma gestão e perceber que quando vem outra gestão as obras continuam. Falou que certamente essas novas ruas não vão terminar neste mandato, e acha importante deixar isso registrado, pois senão, virão pessoas falando que desviaram o dinheiro, assim como tem escutado muito por aí, igual aconteceu com as 16 ruas que ficaram licitadas, e tinha conversas que diziam que não seriam feitas, porque haviam desviado dinheiro. Falou que se colocou favorável na reunião com o prefeito, para que seja feito esse financiamento para a realização dessas 50 novas ruas, pois a cidade merece. Se for somado 61 ruas, com 50 ruas, mais 16 ruas, passará de 120 ruas feitas, no período de 8 anos. Destacou que precisa concordar com a fala da vereadora Carla, quando ela disse que não fizeram pavimentação, as gestões passadas, pois se cada uma das gestões, que assumiu o governo, tivesse feito em média 20 ruas por mandato, nós hoje não tínhamos tantas ruas de estrada de chão, com o pessoal sofrendo e comendo pó. Quando há “trocas de farpas” dentro da Casa Legislativa, acredita que não chegaremos a lugar nenhum, pois entende que os vereadores devem se unir, trabalhar pela cidade, pois é para isso que todos estão aqui. Foi para isso que os eleitores depositaram o voto de confiança em cada um dos vereadores. Disse que esteve olhando as sessões legislativas anteriores, e percebeu que se tratavam mais de brigas políticas e partidárias, onde ninguém estava preocupado com a população. Fez uso da Palavra Livre o vereador **DARLAN ANDRÉ GULIANI**. Comentou sobre uma reinvindicação da ponte que divide os bairros do Rio Vermelho Estação e Rio Vermelho Povoado, e comunicou que as obras já foram licitadas, para que a cabeceira da ponte seja feita de concreto. Falou que se trata de uma questão de paciência e tempo, pois logo tudo será consertado. Mencionou sobre as pavimentações, o que também foi tema de matéria do jornal A Gazeta, e tratou sobre a questão de mudança de discursos de vereadores dessa Casa. Disse que no ano passado, representantes da AMUNESC estiveram aqui, para fazer uma apresentação, a exceção dos vereadores Jairson Sabino, que na época ocupava o cargo de Secretário de Obras e da vereadora Karen Lili, que era vereadora suplente, onde mostraram um levantamento, juntamente com alguns projetos, visando ter projetos envolvidos na comunidade, por bairros da cidade. E o que lhe chamou atenção, era que eles perguntavam o que seria importante no seu bairro, o que iria influenciar, melhorar a sua vida se tivesse no seu bairro. Por incrível que pareça, com exceção de dois bairros, a maioria pedia pavimentação, e hoje entende o motivo disso. Não deseja jogar água fria naquilo que foi apresentado na questão da licitação do transporte público, não está sendo pessimista, está sendo realista e acredita que não vai haver nenhuma empresa interessada no transporte público de São Bento do Sul. Elencou alguns dados e disse que apresentando isso, talvez algumas pessoas entendam melhor o que deseja falar. Contou que no município há em média 680 quilômetros de vias públicas, sendo destes,

apenas 160 quilômetros pavimentados, os demais é chão batido. De acordo com a licitação, os carros têm que ter no máximo 15 anos, e há uma licitação de 20 anos atrás, que dizia que os carros deveriam ter 12 anos. Em uma reunião que esteve com representantes da Coletivos Rainha, esses informaram que a média de idade dos veículos é 9 anos, e ainda, a população reclama da condição dos carros. Comentou que esteve observando a quantidade de pó nos veículos dos vereadores, e pediu para que os demais também reparassem, pois é um absurdo. Se nos carros já é possível ver a quantidade de pó, imagina nos ônibus que andam todos os dias pelas estradas de chão do município. Pediu que imaginassem como fica a roupa daquela senhora que a coloca no varal e sai para trabalhar, no final da tarde a roupa está toda suja de poeira. Destacou que de acordo com a matéria do jornal A Gazeta, houve uma mudança de opinião, e questiona se alguns dos vereadores em sã consciência acha que não precisamos de pavimentação na cidade. Explicou que o objetivo do atual governo é pavimentar 100 ruas, sendo que destas, 45 já estão pavimentadas ou já estão em andamento. Contou que o atual governo tem como objetivo pavimentar com concreto, 3 quilômetros das 3 piores ruas, onde tem morros e o acesso é difícil. Lembrou uma fala da vereadora Carla, onde uma senhora havia contado que o neto tinha caído no rio e a ambulância não conseguiu chegar para fazer o socorro, pois a ambulância não subia. Enfatizou que somos a 19ª economia do Estado de Santa Catarina, e perdemos 2 pontos no ranking nos últimos anos. De 255 municípios, somos o único município do Planalto Norte a aparecer entre os 20 mais ricos do Estado, mas ocupamos a posição 174 na questão da pavimentação. Destacou que estamos à frente da cidade de Rio Negrinho e de Mafra, e disse que devemos ver a pavimentações dessas cidades. Fala isso não porque devemos competir, mas fala isso porque se eles conseguiram, nós também conseguimos, porque economicamente estamos melhores que eles, e indaga o porquê de não conseguirmos fazer. Por que ainda tem gente que pensa que pavimentação não é fundamental, se é sim. Disse que pode vir ônibus com ar condicionado e a população merece serviço de qualidade, e eles terão que andar com as janelas bem lacradas, pois se não, os passageiros vão continuar respirando pó. Aduziu que a coluna do jornal A Gazeta ainda diz, que vai ficar de olho para ver se algum vereador vai começar a “embaçar” e trancar projetos neste estilo, em relação a pavimentação das 50 ruas. Diz que será o primeiro, a dizer, rua por rua, o nome de cada vereador que votar contra a pavimentação, pois acredita que todos moram bem localizados. Acredita que são cidadãos igual àquele morador que não reside próximo ao centro, mas paga tanto imposto quanto, e tem os mesmos direitos. Fez o uso da palavra livre o vereador **ADRIANO REINHARDT**. Disse que gostaria de voltar a falar sobre a pavimentação e infraestrutura da cidade, especialmente sobre a rua Paulo Chapiewsky, onde já cobrou na tribuna desta Casa, em várias oportunidades, antes mesmo de ela ser pavimentada. Para melhor explicar, fez uso de imagens

no telão. Explicou que chegaram reclamações de moradores, onde relatam que a pavimentação e as calçadas ficaram acima do nível do terreno das moradias. Falou que isso é um descaso, pois foi uma obra mal feita, improvisada, não foi feita pelo Executivo, mas ficou sabendo que a empreiteira chegou a fazer algumas calçadas. Mostrou imagens de um morador, o qual se diz indignado, pois quando chove ele tem que fazer a limpeza do local, uma vez que o Executivo não faz. Falou que por várias vezes as águas da chuva entram no salão de cabelereira da esposa, trazendo com elas muitas sujeiras e bastante transtorno. Destacou que após as obras, os moradores da rua Chapiewsky vêm sofrendo devido às obras malfeitas, sendo que o município já foi notificado pelo Ministério Público, e tem o prazo de 180 dias para recuar. Enfatizou que muitos falam que pavimentação é prioridade do município, mas no seu entendimento isso não é prioridade, e não tem medo de falar isso na tribuna. Mas, se entrar um Projeto de Lei de pavimentação de 50 ruas, vai votar junto, pois entende que é importante, mas não acha tão importante, o que acha prioridade é Educação e Saúde. Acredita que fazer uma obra dessa (da rua Chapieswky), é total descaso e vergonha para o município, onde terá que ser investido mais dinheiro público para consertar os erros, e questiona de onde vai sair esse recurso. Destacou que já falou que esses valores serão pagos por todos nós, e essa é sua preocupação, de utilizarem os recursos públicos em obras bem planejadas, bem fiscalizadas, com qualidade, que não dão dor de cabeça para os moradores, que durem muitos anos, como faziam no passado. Hoje não vê mais isso, são obras novas que logo dão problemas, a exemplo da rua Augusto Wunderwald, e aí vem alguém dizer que isso é problema das águas, mas todo mundo sabe que chove muito na cidade, toda semana chove, e não adianta ficarem buscando desculpas, mas sim devem fazer o certo, de forma pensada, aplicando o recurso público com dignidade. Comentou a respeito do plano que o Executivo quer lançar com a pavimentação de 60 ruas, e afirmou não ser contra, mas entende que ele deve dar atenção às vias já existentes. Mostrou uma imagem da Rua Francisco Pauli, localizada no bairro Cruzeiro. Falou que os vereadores falam que tem que dar prioridade em vias novas, mas pede que olhem o estado crítico das vias que já existem, pois isso é uma vergonha, já que não conseguem fechar um buraco em apenas uma rua. Se desculpou pelo tom de voz, mas disse que essa era sua indignação, e reafirmou que não é contra as novas pavimentações, até porque onde mora é estrada de chão, e não está reclamando por isso, pois também “come pó todos os dias”, mas prioridade no seu ver é manter as que já existem. Devem fazer obras simultâneas, mas fazer a correção das já existentes. Comentou sobre a ponte do Rio Vermelho povoado, e afirmou ter feito um ofício na semana passada, encaminhando indicação para Defesa Civil, Detru, Secretaria de Obras e SEPLU. Comentou que a ponte ainda não foi interditada e está com perigo de cair, e no seu entendimento o pessoal não está levando isso a sério. Comentou que esteve no local e postou isso em suas redes sociais,

e pode perceber que ela chacoalha, pois ele pesa 140 kg, e andando pela ponte percebeu que ela mexe, imagina passar um caminhão carregado pelo local ou um ônibus cheio de crianças. Explicou que caiu a sustentação principal dessa ponte, e não há placas interditando a passagem pelo local, os corrimões estão todos caindo, e ainda desejam falar apenas de obras eleitoreiras. Solicitou um aparte o vereador Paulo Zwiefka e lhe foi concedido. Informou que solicitou uma sinalização na ponte no ano passado, no final do ano, e ela foi colocada no local, permitindo a passagem de veículos com até 15 toneladas. Contou que a Secretaria de Obras informou que as obras iniciariam no mês de fevereiro, sendo feita a cabeceira de concreto. Quanto à falha na sinalização, entende que existe, mas estava sinalizado, então alguém deve ter recolhido essa placa. Retomou a palavra o vereador Adriano Reinhardt. Explicou que não tem a placa de sinalização na ponte, havendo apenas uma pequena placa torta, dizendo proibido a passagem de caminhão, o que não dá nem para ver. Acredita que o local deveria ser interditado, permitindo passagem apenas de veículos pequenos, pois entende ser uma vergonha essa situação para o Município, e são essas coisas que precisam manter no dia a dia. Quando fala que as ruas estão todas esburacadas, no dia seguinte está saindo na imprensa que o vereador é contra, que não sabe o que fala. Pede que a imprensa saia nas ruas e veja o que está acontecendo. Não fala isso para dizer que apenas essa gestão é culpada, pois na gestão passada também tinha buraco, mas naquela ocasião não era vereador. Por isso, pede que seja feita manutenção na cidade com urgência, pois os vereadores não vêm falar besteiras na tribuna, e independentemente de partido, está aqui para cobrar as necessidades da população, da cidade onde nasceu e vai morrer. Fez uso da Palavra Livre o vereador **PAULO ZWIEFKA**. Comentou que de fato havia uma placa de sinalização na ponte do Rio Vermelho Povoado, a qual indicava a capacidade de 15 toneladas, mas essa placa desapareceu. Acredita que alguém deve ter a levado embora. Se desapareceu, entende que deveriam ter colocado novas sinalizações. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha Maria Dybas e lhe foi concedido. Explicou que diversas vezes foram colocadas placas de sinalização no local, e todas as vezes elas foram retiradas. Agora a Defesa Civil vem fazendo o monitoramento constante do local, para verificar a necessidade de interdição. No momento, a decisão da Defesa Civil é que não há necessidade de interdição, desde que seja respeitada a indicação de capacidade de peso para o local. Confirmou que de fato, está previsto para iniciarem a construção das cabeceiras da ponte nos próximos dias, com a colocação dos kits que vieram da Defesa Civil Estadual, onde o município recebeu 11 kits, um deles será colocado na ponte. Com a palavra o vereador Paulo Zwiefka. Agradeceu as informações trazidas pela vereadora. Comentou que faz aproximadamente 20 dias que esteve em reunião com o prefeito, para tratar sobre a pavimentação da Rua Alberto Torres. No ano passado, também estiveram reunidos com o prefeito, onde diversas lideranças do bairro, alguns

empresários, e foi assumido o compromisso de trabalhar com uma pavimentação de 2 quilômetros, isso se o Plano 1000 continuasse no ano de 2023, mas pelo que se sabe, o Plano 1000 está suspenso. Devido a isso, nesta última reunião, o Prefeito sugeriu que fosse trabalhado num projeto de pavimentação de um quilômetro, o qual será feito através de financiamento ou com recursos próprios. Parabenizou a assessora de gabinete Susana, pois é ela quem está cuidando desse projeto, e já informou que já está em andamento, devendo ser finalizado ainda no final do mês de fevereiro. Disse que esta pavimentação é uma reivindicação de vários moradores, empresários, mas sabe que terá pessoas que ficarão magoados se o asfalto não sair até onde desejam, mas devem agradecer, pois todos sabem como é difícil para uma gestão fazer um quilômetro de asfalto em alguma via. Analisando as últimas gestões, sabem que um quilometro é o máximo que é feito, e se isso acontecer, é um quilometro a menos que precisará ser feito na próxima gestão. Informou que vai continuar correndo atrás, para ver se consegue algum recurso com algum deputado, para ver se conseguem pavimentar mais um quilômetro. Disse que não podem prometer, pois dependem de outras pessoas para que consiga essas coisas. Citou a Escola Municipal Maria Ferreira Zimmermann, a qual também tem previsão para iniciar uma reforma, mas até o momento não iniciou. Falou que no começo desse ano, aconteceram alguns vandalismos no local, e entende que seria necessária uma maior atenção, para que as obras começassem o mais breve possível. Enfatizou que as pessoas também estão cobrando a respeito da falta de médico no posto de saúde do bairro Rio Vermelho Povoado. Pessoas o questionaram a respeito do motivo de não ter falado sobre esse assunto na tribuna, mas afirma que já passou essa situação para a líder de governo e para o gabinete. Pede que a administração dê uma atenção especial para essa situação. Outra reivindicação da população do bairro Rio Vermelho Estação é a respeito do dentista. Disse que já tinha dentista no posto de saúde, mas não sabe por que foi deixado de lado essa questão. Afirmou que a população precisa desse atendimento e espera ter esse profissional, lá. Fez um apelo para a líder de governo e ao Executivo, para que resolvam essa questão. Solicitou um aparte a vereadora Terezinha e lhe foi concedido. Mencionou que já está prevista a reforma da Escola Municipal Maria Ferreira Zimmermann, sendo que ela será um ponto de apoio para os moradores do loteamento Santa Fé. Explicou que as obras ainda não deram início em razão da diminuição dos repasses do FUNDEB. Retomou a palavra o Vereador Paulo Zwiefka. Comentou sobre a unidade de educação infantil, Estrela Guia, localizada no Bairro Rio Vermelho Estação, sendo de sua indicação o pedido de ampliação da unidade, onde foi feito o projeto, sendo licitadas as obras, e a empresa ganhadora alega que não tem condições de iniciar as obras com o valor que foi licitado. Afirmou que não é só o Executivo que falha, pois depois de a empresa vencedora ganhar, diz que não pode fazer as obras, e aí começam os problemas, com obras paradas, crianças esperando para irem para

creche, e agora alegam que não podem fazer. Com isso quem sofre é a população, as mães que estão esperando para colocar os filhos na creche. Fez o uso da Palavra Livre o vereador **JAIRSON SABINO.**Tratou a respeito de iluminação pública, e disse ter conversado com Sr. Djonatha, da Secretaria de Obras, o qual informou que a empresa começou os trabalhos. Mostrou imagens da Rua Otto Torres no telão, e falou que esse é um exemplo de tantas ruas que aguardam a substituição de lâmpadas. Disse que há tempo vinha falando sobre essa situação, onde venceu o contrato da empresa que fazia esse serviço, mas infelizmente o prefeito não deu a devida atenção, e a comunidade vem perdendo, pois ficou muito tempo sem uma empresa que fizesse essa reposição das lâmpadas, com a cidade e os bairros ficando às escuras. Mostrou imagens do cemitério Dona Francisca, e reafirmou ter deixado verbas na Secretaria de Obras, para ser feita a manutenção, sendo os cemitérios, as praças e logradouros públicos. Comentou que o cemitério da Dona Francisca sempre foi um local limpo e organizado, mas ultimamente não tem sido assim, onde foi colocado uma caçamba de entulhos, com mato alto, uma “esculhambação”. Contou sobre a reclamação de uma moradora do bairro Dona Francisca, e afirmou que essa situação também é vista nos demais cemitérios do município, onde as reclamações só aumentam, e não adianta a administração “ficar tapando o sol com a peneira”. Mencionou que com a volta às aulas vem a reclamação dos pais, com problema crônico de falta de professores, no início do ano letivo. Informou ter conversado com o Secretário de Educação, Sr. Josias Teles, o qual lhe falou que não é possível fazer a contratação dos professores ACTs, sem que comece o ano letivo. Explicou como funciona a questão da contratação desses professores, os quais podem ficar segurando as vagas pelo prazo de até 5 dias, após serem chamados, o que atrapalha o processo. Explicou que o Secretário Josias, pretende fazer uma reunião com todos esses professores, e se a lei não proíbe, é permitido fazer, para ver se ele consegue agilizar. Enfatizou que as reclamações de pais continuam chegando, e o Secretário deu a versão dele, e lamenta que as coisas tenham que ser dessa forma, pois se tratam de leis estaduais, as quais não podem ser mudadas aqui. Lembrou que vai continuar a cobrar para que seja agilizado, para que não seja sempre a mesma “novela”. Destacou sobre a audiência do transporte público que ocorreu, onde as colocações foram feitas, e foi verificado como ponto de equilíbrio o prazo de 25 anos, o prazo para permissões e concessões, o que entende ser lamentável. Esperava que fosse menor. Acredita que esse prazo é muito exagerado. Destacou a respeito da aprovação de Projeto de Lei de sua autoria, para que se cuide do comportamento de alguns usuários que entram nos ônibus fazendo uso de bebidas alcóolicas, proferindo palavras de baixo calão, com comportamento inadequado, assédio e outras coisas. Disse que está pedindo a implantação do rádio amador, do modelo de rádio comunicador, igual ao modelo usado pelos caminhoneiros, para que o motorista consiga contato rápido com a empresa,

caso tenha problemas mecânicos, com a polícia caso seja necessário, ou com os bombeiros em casos de emergência, caso alguém venha ter mal súbito no interior do veículo. Lembrou que esta Lei já foi aprovada e sancionada, sendo que estava apenas aguardando essa nova licitação, para que fosse colocada em prática, e espera que isso aconteça. Outro ponto seria a questão do cartão magnético para acessar as catracas, eliminando assim o uso de dinheiro no ônibus, já que o motorista também é o cobrador. Além disso, menos dinheiro no ônibus, causa menos interesse de ladrões. Falou que foi comentado pelo representante da empresa que a prefeitura estará fiscalizando a limpeza e o controle dos ônibus e pontualidade. Na questão de infraestrutura, informa que sempre foi a Secretaria de Obras que fez, e não se pode criar uma pequena Secretaria de Obras em outras pastas, pois isso não justifica. Disse que a Secretaria de Obras está estruturada, com 8 milhões de reais em veículos e caminhões novos. Acredita que falta uma programação melhor, uma melhor comunicação com os secretários, pois entende que estes não estejam conversando, e isso pode ser melhorado. Fez o uso da Palavra Livre a vereadora **CARLA ODETE HOFMANN.** Mencionou sobre a Audiência Pública do Transporte, e disse que são muitos os que reclamam a respeito do transporte coletivo, mas poucos são os que compareceram quando efetivamente seria possível uma discussão, sobre a real necessidades do usuário de transporte. Disse que pôde ser contado nos dedos de uma mão, o número de pessoas que estavam presencialmente, sem contar os vereadores, servidores da Casa Legislativa, e os servidores do Executivo. Disse que remotamente, o maior momento de pessoas acompanhando foi de 20 pessoas. Se decepciona em observar que a participação popular ficou aquém do que esperava, mas lembrou que os munícipes podem enviar sugestões até sábado, no e-mail compras@saobentodosul.sc.gov.br. Ressaltou que as pessoas que têm interesse encaminhem suas sugestões, pois isso é muito importante. Falou ter ficado feliz em ler uma matéria jornalística, sobre o convite recebido pelo ex-deputado Silvio Dreveck, para que ele assuma uma secretaria que ainda será criada, e será muito importante, especialmente para uma região bastante industrializada como a nossa. Falou que a par disso, há uma discussão no Supremo Tribunal Eleitoral, a respeito da contagem de votos, que dependendo da decisão, poderá levar o suplente a deputado federal a assumir uma vaga na Câmara Federal. Destacou que ousa dizer que aquilo que os eleitores da região não compreenderam, talvez o destino queira dar um representante para a região, pois não tivemos maturidade para eleger. Deseja que nossa região tenha algum representante, ou na Secretaria do Governador Jorginho Mello, ou na Câmara Federal. Cumprimentou o suplente para deputado federal Silvio Dreveck, por ter seu nome lembrado. Contou ter conversado com a diretora de Turismo, sra. Denise Thomas, e falou ter ficado bastante feliz com a receptividade, no sentido de abrir aqueles projetos que já haviam sido analisados, e o compromisso que a

mesma tem com a pasta, por ser uma profissional da área, de conhecimento técnico e extremamente dedicada a suprir algumas necessidades da pasta. Mencionou sobre um projeto de sua autoria, que foi levado para o deputado Milton Hobus, do partido PSD, a respeito das placas de sinalização do ciclo turismo. De acordo com a representante do Consórcio Quiriri, elas serão implantadas nos municípios de Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Corupá. Sobre o turismo, disse ter recebido com muita alegria, a informação sobre a sanção que foi feita pelo Governador do Estado de Santa Catarina, no dia 07 de fevereiro de 2023, que trata da Lei n° 18.635, da criação do chamado "Caminho Peabiru", que são os caminhos que foram percorridos pelos povos indígenas, reconhecendo a importante participação desse povo, na formação do Estado de Santa Catarina. Nesse caso, temos mais um caminho que pode ser explorado na questão turística, desde os municípios do Paraná, e em Santa Catarina, a começar por Laguna, um caminho bastante extenso, e que nós podemos aproveitar, uma vez que esse caminho passa pelo município de São Bento do Sul, Campo Alegre e Corupá. Disse que, de forma organizada, a gente pode divulgar que fazemos parte desse caminho, para atrair mais visitantes que tenham o interesse de conhecer. Ressaltou que o turismo é uma indústria limpa, rentável e que vai nos trazer uma posição bastante diferenciada, embora muitas pessoas não consigam acreditar que São Bento do Sul tem a possibilidade de investir e levar a sério essa área, para que seja mais desenvolvido. Mencionou sobre a EMHAB, e disse que conversou com o diretor da empresa pública, para apontar algumas sugestões, e percebeu que o mesmo está bastante empenhado em resolver as questões que tratam da regularização dos títulos de imóveis, os quais estão há bastante tempo irregulares. Falou sobre a Estrada Fundão, e disse que a mesma está contemplada nas futuras pavimentações, não na totalidade, mas parte dela. Contou ter recebido várias reclamações e e-mails de moradores mostrando a quantidade de pó e as condições da mencionada via. Por fim, disse que pavimentação também é saúde e qualidade de vida. Fez o uso da Palavra Livre a vereadora **ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI**. Informou que falaria a respeito da questão da pavimentação, afirmou entender que a pavimentação é necessária, assim como os outros setores, pois cada um tem sua relevância. Declarou que cada administração que assume um governo tem que fazer a sua parte, bem feita, e não só cuidar na quantidade para ter números significativo de votos. Ressaltou que não é apenas fazer, mas fazer bem feito, acompanhando esse trabalho e cuidando e exemplificou que é como ter um imóvel, o qual precisa sempre estar cuidando e mantendo. Afirmou que assim é a questão da pavimentação também, que é importante fazer, fazer o seu melhor, fazer mais, mas, cuidar também das que já foram feitas no passado. Justificou que essas pessoas também merecem atenção, devido que poderá causar transtornos e até alguns acidentes. Reafirmou seu posicionamento que cada um deve fazer a sua parte. Registrou que esteve acompanhando o

Presidente da Câmara Mirim, na posse dos vereadores Mirins de Rio Negrinho. Falou que foi o Presidente que foi convidado a participar e esteve o acompanhando, juntamente com os demais servidores. Ressaltou a importância que está sendo dado aos estudantes, de poderem estar em uma Casa Legislativa, podendo representar a sua cidade. Mencionou que essa experiência vai ser muito importante para a vida deles e os vereadores tem a oportunidade de contribuir na formação dos vereadores mirins. Contou que foi bastante emocionante estar participando, e foram recepcionados pelo Prefeito, Presidente da Câmara Municipal, o qual lhe disse que deseja fazer uma parceria, por isso, quando for possível estará prestigiando os eventos, e convidando-os para estarem presentes na Casa Legislativa. Registrou o começo das aulas nas escolas municipais e estaduais e a preocupação de muitos pais e diretores, com a falta de professores que ainda não foi possível fechar o quadro de profissionais da educação. Ressaltou que a preocupação está em que alguma equipe pedagógica vai acabar falhando, devido à falta desse profissional. Relatou saber como funciona todo o sistema de contratação da rede municipal e estadual, mas acredita que devem agilizar o processo o mais rápido possível, pois não podem deixar crianças e adolescentes em sala de aula, sem a presença do professor. Atentou ainda, que não se pode deixar crianças menores serem atendidas por um profissional apenas, quando há necessidade de dois profissionais em sala de aula, e afirmou que essa é uma preocupação. Mencionou que foi procurada por alguns pais de alunos e, portanto, relatou a situação do processo e, mas alegou que tem certeza que a Secretaria de Educação vai estar agilizando o processo, para que o quanto antes este profissional esteja em sala de aula trabalhando e assim a equipe pedagógica possa estar fazendo melhor o seu trabalho. Registrou que esteve representando a Câmara de Vereadores na inauguração da biblioteca do SESC. Mencionou a importância de ver que estão investindo em educação, onde as crianças terão acesso a livros, pois atentou que estamos vivendo uma geração que é ou no celular, ou no computador, mas ao pegar esses livros, essa criança terá um comprometimento com o seu saber. Informou que a biblioteca do SESC é comunitária e outras pessoas podem frequentar, tendo acesso aos livros. Destacou que as escolas municipais e estaduais possam também estar investindo cada vez mais em suas bibliotecas, e que incentivem essas crianças a estarem pegando livros, lendo, relatando a história lida para seus professores e pais, para que ocorra essa troca de aprendizado, pois é para a vida. Parabenizou o SESC pela biblioteca e sugeriu que os educadores possam estar cada vez mais incentivando a leitura. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará na data de 13 de fevereiro de 2023, às 19 horas e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2023.

EAM/eam

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro – Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS

EAM/eam